



IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE JULHO DE 2003

Sessão Solene de Boas-Vindas a S. Ex.^a o Presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ascenso Luís Seixas Simões
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

Às 17 horas e 35 minutos, e dando início à sessão solene de boas-vindas a Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva), entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da Assembleia da República (Mota Amaral), o Presidente da República Federativa do Brasil, o Ministro dos Assuntos Parlamentares, em representação do Primeiro-Ministro, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe e os Secretários do Protocolo do Estado, o Adjunto do Presidente da Assembleia da República para os Assuntos Políticos e Relações Internacionais e o Assessor do Gabinete de Relações Públicas e Internacionais.

No Hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados, dos Ministros da Presidência e dos Negócios Estrangeiros e de Secretários de Estado, o Procurador-Geral da República, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Ministro da República para os Açores, o Provedor de Justiça, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, o Presidente do Conselho Económico e Social, a Conselheira de Estado Maria de Jesus Serra Lopes, o Chefe do Estado-Maior da Armada, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, o Secretário-Geral do Ministé-

rio dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, o Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Comandante Naval, o Governador Militar de Lisboa, o Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres, o Comandante-Geral da GNR e o Director Nacional Adjunto da PSP.

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas e galerias a Senhora de Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-Presidente da República Mário Soares, os ex-Primeiros-Ministros Maria de Lurdes Pintasilgo e Vasco Gonçalves, a Dr.^a Maria de Jesus Barroso, o Embaixador de Portugal no Brasil, António Franco, membros do Governo, elementos da comitiva do Presidente da República Federativa do Brasil, membros do Corpo Diplomático e convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República Federativa do Brasil tomou lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou os hinos nacionais dos dois países.

Seguiram-se os discursos do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente da República Federativa do Brasil.

A sessão foi encerrada eram 18 horas e 15 minutos, tendo, de novo, a Banda Nacional Republicana executado os hinos nacionais dos dois países.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Eram 17 horas e 35 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou os hinos nacionais dos dois países.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Jorge Fidalgo Martins
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Jorge Pinto Lopes
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira

José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Miguel Gonçalves Miranda
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Soromenho Gomes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Dias Loureiro
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Morais
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela

Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Jaime José Matos da Gama
 Jânila Bárbara Madeira e Madeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lação Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís José Vieira Duque
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Daniel Fugas Veiga
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Agradeço a todas as Altas Entidades que aceitaram o convite que lhes dirigi para estarem presentes nesta sessão solene de acolhimento ao Sr. Presidente da República Federativa do Brasil. O Parlamento, hoje, veste as suas melhores galas para saudar o Sr. Presidente Lula da Silva.

Tomo, para mim, a principal responsabilidade por este atraso, porque, devido a circunstâncias relacionadas com o meu regresso de uma visita oficial aos Estados Unidos, esta noite e durante o dia de hoje, tive de percorrer 4000 km a mais e sobrevoar mais seis países do que o previsto para ter a honra de vir aqui, em nome do Parlamento, saudar e cumprimentar o Sr. Presidente do Brasil. Peço desculpa e a compreensão de todos.

Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, em representação do Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} e Srs. Ministros do Brasil e de Portugal, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Altas Entidades presentes, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A Assembleia da República reúne hoje, em sessão solene, com a presença dos mais altos responsáveis do Estado e de tão distintos convidados, para saudar e homenagear o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vemos em Vossa Excelência, Sr. Presidente, um infatigável lutador pela liberdade, pela justiça, pela solidariedade.

Estes nobres ideais impõem-se como natural decorrência da eminente dignidade da pessoa humana. Por isso, não têm fronteiras e inspiram um combate universal de cidadania. Cada um de nós tem, porém, especial obrigação de o prosseguir no seu enquadramento próprio.

Devotou Vossa Excelência, Sr. Presidente, a vida inteira à promoção das reformas sociais, que entende serem aspiração profunda do povo brasileiro.

Mesmo discordando das premissas ideológicas e das propostas programáticas que norteiam a acção política de Vossa Excelência, forçoso é reconhecer a firmeza das suas convicções e a sua recta intenção patriótica.

Eleito agora à Suprema Magistratura, toca a Vossa Excelência o pesado encargo de provar a viabilidade prática das soluções alternativas que sempre preconizou.

Esta é a hora da verdade!

Já elogiam alguns o pragmatismo demonstrado nas primeiras tarefas da nova presidência, na secreta esperança de que tudo fique na mesma.

Outros pressionam para a adopção imediata de medidas radicais, que arriscam quebrar a confiança e tornar as coisas ainda mais difíceis.

Em meu nome pessoal e como Presidente da Assembleia da República, exprimo a Vossa Excelência admiração e estima. E julgo poder dizer também, em nome de todos os parlamentares portugueses e dos cidadãos e cidadãs, legitimamente por nós representados, que desejo a Vossa Excelência, sincera e cordialmente, felicidades no serviço árduo assumido em favor do Brasil.

Queremos todos, com veemência, do fundo do coração, o melhor para o Brasil!

Este nosso voto solidário — de paz, de prosperidade, de bem-estar — percorre a face do planeta azul e cobre toda a grande família humana.

Mas o Brasil é para nós um caso à parte, especial, de simpatia e de carinho.

Os laços que nos unem são antigos, de história, de cultura, de sangue, de amor.

Olhamos o Brasil com orgulho, afirmando nele uma paternidade, que só parcialmente é verdadeira. E, de algum modo, nisso projectamos uma certa frustração histórica, porque bem desejaríamos que o Brasil fosse, enfim, Portugal em ponto grande.

Ora, para além de ter as suas próprias populações autóctones, pré-cabralinas, o Brasil moderno é uma sociedade de dimensão continental, multiétnica, e incorporando aportações culturais provenientes do mundo inteiro.

Porém, no mais fundo da marca genética que faz de todos os que chegam ao Brasil, ao fim de pouco tempo e mais ainda dos filhos que lá geram, brasileiros cem por cento, com facilidade se descobrem alguns resquícios, ao menos, de uma identidade comum.

Será a língua apenas, que, aliás, no Brasil se tornou mais solta, mais sonora, mais bela?

Mas na fala exprime-se e também de algum modo se formata a alma de cada pessoa e de todo o povo.

Mais do que isso, que já é muito, há com certeza! Cabe aos cientistas aprofundar o que seja — e aos poetas traduzi-lo em expressões adequadas, ricas de sentimento.

A nós, políticos e homens de Estado, incumbe-nos passar à prática, potenciando-as, em benefício dos nossos povos e da Humanidade inteira, as energias derivadas da empatia mútua, dos interesses e objectivos comuns.

Temo, Sr. Presidente, que as relações luso-brasileiras estejam sempre em risco de se afogarem em excessos de retórica.

Mal nos encontramos, tendemos logo para cair nos braços uns dos outros, desfiando História e Literatura, o que é importante mas não basta. Ou ao menos não tem bastado, até aqui, para manter propósitos grandiosos, lindamente formulados, logo caídos no esquecimento e no vazio.

Julgo que é tempo, Sr. Presidente, de definirmos, com clareza, tarefas concretas e viáveis. Mesmo que se afigurem modestas, a sua realização será um contributo para a efectiva aproximação dos nossos países e dos nossos povos.

Não compete ao Parlamento definir os contornos da política externa. Esta é uma responsabilidade constitucional do Governo.

Quanto à desejável intensificação das nossas relações económicas, cabe aos empresários portugueses e brasileiros avançarem ainda mais nos caminhos ultimamente trilhados, com sucesso, diga-se.

Sabemos, porém, que há problemas melindrosos a resolver, fruto da nova configuração dos fluxos demográficos entre os dois países.

Estamos acolhendo agora imigrantes brasileiros e temos o dever de retribuir o muito que os emigrantes portugueses, ao longo de gerações, encontraram na outra banda do mar.

Por outro lado, quanto à igualdade de direitos, em regime de reciprocidade, não poderão fazer-se alguns avanços? Portugal e o Brasil têm hoje compromissos para com terceiros, que parecem obstaculizar a plena realização do sonho ancestral da dupla nacionalidade... Mas algum progresso será, certamente, possível.

Destas questões o Parlamento não pode alhear-se, já que envolvem matérias da sua competência reservada. Impõe-se uma reflexão conjunta e generosa sobre tais temas, na perspectiva mais ampla do espaço geopolítico da lusofonia.

É este um dos principais desafios do Fórum dos Parla-mentos dos Países de Língua Portuguesa, refundado, em moldes mais arrojados, na cidade da Praia, em Cabo Verde, no final do ano passado.

Este projecto da lusofonia, para alcançar toda a sua dimensão, tocando oito Estados diferentes e quase 200 milhões de pessoas, em quatro continentes, necessita do envolvimento, fortemente comprometido, do Brasil.

O Presidente Lula da Silva bem faria em dar o seu impulso, como primeiro protagonista da actual maioria política, tendo em vista a urgente aprovação, pelo Congresso brasileiro, dos novos estatutos do Fórum, aliás já aprovados pelos Parla-mentos de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

Sr. Presidente, estive já por duas vezes no Brasil, no desempenho de outras funções oficiais, em 1986 e em 1991, e confesso que não pude resistir àquele telúrico deslumbramento, cuja primeira testemunha foi Pero Vaz de Caminha.

Do Rio de Janeiro e São Paulo, até Santa Catarina e Porto Alegre, que tanto diz a Vossa Excelência — cidade fundada com o nome de Porto dos Casais, em memória dos casais açorianos mandados pelo nosso Rei D. João V para fixar, contra investidas cobiçosas, a fronteira do Rio Grande do Sul —, e depois em São Salvador da Baía e em Brasília, no lugar entrevisto no sonho profético do meu patrono onomástico, pude recolher uma ideia aproximada da grandeza portentosa do Brasil.

O seu País, Sr. Presidente — o nosso Brasil, se me é permitido dizê-lo, com afectuosa expressão —, é já hoje, na cena internacional, um país liderante. E está fadado para ser, já ao longo do século ainda há pouco iniciado, uma grande potência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Que responsabilidades tremendas recaem sobre os governantes brasileiros, desejosos de realizar quanto antes o desenvolvimento, sem desastrosa destruição dos recursos naturais!

Alguns destes assumem, de resto, dimensão planetária e relevam do interesse de toda a espécie humana, nomeadamente a floresta amazónica, verdadeiro pulmão da Terra e a maior reserva hidrológica mundial, que é a bacia do rio Amazonas.

Por outro lado, urge levar a efeito a justiça social, quebrando o círculo vicioso da pobreza, que lança multidões incontáveis na fome, na doença, na iliteracia, na marginalidade, na exclusão.

É que o melhor do Brasil é a gente brasileira, com as suas qualidades humanas, com a sua graça, com o seu desejo de vencer.

Para o povo da terra de Vera Cruz, que a majestosa constelação do Cruzeiro do Sul assinala e cobre, queremos todos ver expandir-se «Ordem e Progresso» — expressiva divisa da bandeira do Brasil.

Sr. Presidente, no mais longínquo antepassado da Assembleia da República, no primeiro Parlamento eleito de Portugal, as Cortes Gerais Constituintes de 1820, tiveram assento Deputados brasileiros. Por sinal, as suas justas reivindicações foram mal recebidas, o que os levou a baterem com a porta e a regressarem ao Brasil, que pouco depois, num rasgo histórico, sob a liderança de um príncipe português, proclamava a sua independência nacional.

Coube-me assinalar a racionalidade de tal evolução, nesta mesma Sala, poucas semanas antes do 25 de Abril, apontando-a como natural destino dos outros territórios descobertos e povoados pelos portugueses ao longo da gesta das grandes navegações marítimas, primeiro degrau da globalização.

Os protestos indignados, que então ouvi, dos últimos abencerrages do colonialismo que aqui dominavam só vieram reforçar as razões do argumento.

Hoje, cumprida a descolonização, consolidada a democracia, no cenário do vetusto Hemisfério do Palácio de São Bento, a Assembleia da República de Portugal dá ao Brasil, na pessoa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um cordial e fraterno abraço, desejando ao País-Irmão boa sorte!

Aplausos gerais.

Tenho, agora, a honra de dar a palavra ao Sr. Presidente da República Federativa do Brasil.

O Sr. Presidente da República Federativa do Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva): — Excelentíssimo...

Aplausos gerais, de pé.

Ex.^{mo} Sr. João Bosco Mota Amaral, Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Sr.^{as} e Srs. Parlamen-

tes desta Casa, Minha Querida Esposa, que está comigo, Meus Amigos e Minhas Amigas Companheiros da Comitiva que me acompanha, Senador Crivella, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados, Zulaia Cobra Ribeiro, Meus Ministros Gilberto Gil, Celso Amorim e Luiz Fernando Furlan e Governadores dos Estados de Alagoas e da Paraíba, que me acompanham, Meus Amigos e Minhas Amigas: É uma honra muito especial poder dirigir-me aos representantes do povo português, amigos fraternos do Brasil. Desta Casa emanaram decisões que marcaram profundamente o destino do Brasil e selaram a história comum dos nossos povos.

Hoje, exerço a primeira magistratura do meu país, mas, como ex-Deputado, tenho muito presente o papel determinante que as instituições políticas e parlamentares exercem na construção de uma nação. É no parlamento que as forças vivas de um povo se encontram, se entrecrocaram e, finalmente, confluem em direcção a uma visão comum.

É no parlamento que ideias se moldam e as perspectivas se amoldam. Nele se exercitam a tolerância e o respeito mútuo.

Os acontecimentos de 25 de Abril fazem parte de um processo político complexo que a Nação portuguesa teve a sabedoria de consolidar dentro da dinâmica democrática do País.

Para nós, brasileiros, a Revolução dos Cravos foi um sopro de alento, no momento em que vivíamos os momentos mais difíceis do regime militar.

Quantos de nós, naqueles tempos sombrios, quando era meia-noite no Brasil, não queríamos, como cantou Chico Buarque, numa letra cheia de intencionais ambiguidades, que o Brasil se transformasse «num imenso Portugal».

Nós também temos de conquistar a democracia plena, pois ela é um processo que nunca se acaba.

Os nossos dois países viram-se, e vêem-se até hoje, confrontados com a necessidade de construir a democracia económica e social, em especial a preservação da própria democracia no plano político.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: São esses os desafios que o Brasil enfrenta na caminhada pela construção de uma democracia moderna e vibrante.

Fui eleito por 53 milhões de brasileiros com um mandato para mudar o país. Mudanças que assegurem ao Brasil e ao seu povo as condições para readquirir a sua dignidade, para definir o seu destino de forma soberana e para concretizar metas de crescimento sustentável que assegurem condições mínimas de vida para todos, que permitam a cada brasileiro realizar o seu sonho da plena cidadania, o qual não existe sem o direito a emprego, saúde e educação.

Disse, no meu discurso de posse, que o Brasil vivia um momento de energia cívica sem igual, uma mobilização e soerguimento nacional.

Temos plena consciência das nossas responsabilidades e estamos determinados a assumi-las.

Ao Parlamento cabe um papel decisivo nessa caminhada, na canalização dessa energia, na concretização dessas aspirações e sonhos.

Submeti ao Congresso brasileiro propostas de reforma em duas áreas importantes: a tributária e a previdenciária. O Congresso brasileiro está agora a estudar esses projectos com vista à sua adopção. São propostas complexas, ambiciosas, em alguns aspectos até controvertidas.

Cabe ao Congresso a árdua tarefa de dar-lhes forma final, interpretando soberanamente a vontade popular. Submeterei outras propostas de reforma ao Parlamento, na certeza de contar com esse apoio para, juntos, fazermos todas as transformações que o Brasil requer e o povo exige.

Tenho levado essa mensagem à comunidade internacional. Não só porque o Brasil deseja contar com esse apoio, mas também porque achamos que a solidariedade e a generosidade têm de ser recíprocas. Temos o que oferecer. Junto com café, futebol, aviões e tecnologia avançada, o Brasil também oferece ao mundo ideias e experiências de sucesso.

Programas inovadores, entre os quais o Bolsa Escola, o Fome Zero e a política de combate à SIDA, têm servido de modelo noutros países.

Foi com essa convicção que lancei, em Davos, a proposta para a criação de um fundo internacional para o combate à fome. Tem sido alentador verificar o grau de apoio e entusiasmo que essa proposta vem gerando e saber que têm surgido sugestões dentro do mesmo espírito.

Mais que um programa, a minha proposta é um desafio ético, um chamamento à mobilização da comunidade internacional em torno de uma causa nobre, humana e inadiável.

Estou convencido de que para atingirmos esse objectivo não são suficientes gestos isolados de generosidade. Num mundo cada vez mais globalizado, necessitaremos repensar a nossa visão das relações internacionais em todas as suas vertentes: a económica, a comercial e a de segurança.

Precisamos reconhecer que as instituições multilaterais que vimos construindo cuidadosamente ao longo de décadas devem ser os pilares da nossa comunidade internacional democrática. São elas os garantes da primazia do direito e do respeito à soberania das nações. São elas a nossa melhor esperança de que a justiça e a cooperação prevaleçam no concerto das nações.

Aplausos gerais.

A confiança nessas instituições está hoje abalada. É necessário reconstruí-las para forjar um mundo realmente multilateral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queremos que Portugal seja nosso parceiro nessa empreitada. Já dispomos de fóruns privilegiados onde desenvolver esse diálogo, para onde levar essa cooperação. Na Cúpula Ibero-Americana temos a oportunidade de explorar canais privilegiados de promoção dos nossos valores culturais e herança comum.

Por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que a cada dia ganha mais dinamismo, já estamos a desenvolver acções conjuntas em campos directamente voltados para a melhoria das condições de vida dos nossos povos. É fundamental dar pleno cumprimento à promessa de ajudar os nossos irmãos africanos e de Timor Leste a retomarem o caminho do crescimento e da prosperidade.

Sob a presidência brasileira, a CPLP será cada vez mais um instrumento multilateral de mobilização de esforços e de consciências em favor dessa causa.

Nada é mais eloquente e inspirador do quanto podemos realizar juntos do que o exemplo de Timor Leste.

Aplausos gerais.

Muito me orgulho do trabalho conjunto de Portugal e do Brasil para dotar o novo país com os professores, operários e instituições políticas que foram cruciais para o êxito do processo de consolidação da independência.

Se Portugal deve ser cada vez mais um parceiro, creio que pode ser igualmente um canal de acesso, uma porta privilegiada de entrada. Estou convencido de que a reunião América Latina-Caribe/União Europeia oferece uma oportunidade para Portugal desempenhar um papel-chave nos planos da região para alcançar o desenvolvimento.

Creemos que Portugal possa cada vez mais apresentar-se como porta-voz dos nossos anseios e aspirações nas negociações em curso entre o MERCOSUL e a União Europeia.

Mais que um parceiro, a União Europeia é para nós uma inspiração. Admiramos a determinação de forjar um novo pólo de civilização e de desenvolvimento, uma sociedade livre de velhas rivalidades e conflitos e herdeira de uma tradição humanista centrada na cooperação enriquecedora e no convívio harmónico.

Motiva-nos, sobretudo, a criação do Parlamento Europeu, que reflecte uma visão nova de como fazer política e de como integrar um continente inteiro.

Desejamos contar com a valiosa experiência do Parlamento português ao avançarmos nessa direcção no âmbito do MERCOSUL e da América do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho dito que desejo um salto de qualidade no relacionamento do Brasil com os países aos quais está unido por laços tradicionais de história, cultura e geografia. Tenho-me empenhado para que esses vínculos não se resumam a gestos retóricos de apreço sentimental e de boa vizinhança.

Com os nossos vizinhos sul-americanos lancei um ambicioso projecto de integração física. Vamos criar as bases para a intensificação das comunicações e das trocas bilaterais regionais. Só assim será possível efectivamente intensificar os contactos e o intercâmbio.

Quero convocar Portugal a integrar-se também nessa nova aventura de encurtar distâncias e de ligar povos.

Aplausos gerais.

Com Portugal temos o privilégio de já contar com uma sólida ponte sobre o Atlântico. Uma ponte de amizade e trabalho, construída por sucessivas gerações de patrícios e, mais recentemente, por uma onda vultosa de investimentos portugueses no Brasil.

No seminário empresarial que abrirei amanhã, pretendo convidar os homens de negócios dos dois países a engajarem-se com entusiasmo nessa empreitada conjunta.

A minha vinda a Portugal é uma celebração do orgulho e da confiança no muito que já realizámos juntos.

A minha presença aqui, neste nobre recinto, é a oportunidade para renovar o convite para continuarmos a alargar e a fortalecer essa ponte transatlântica.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, quero concluir dizendo que cada vez que entro numa casa legisladora, cada vez que me defronto num ambiente parlamentar, fico imaginando que muitas vezes, na sociedade, as pessoas criticam o Parlamento, muitas vezes na sociedade há até quem diga que o Parlamento não seria necessário, há até quem diga que o Parlamento prejudica a acção do Executivo.

Fui parlamentar constituinte no meu Brasil e, na frente do Presidente dos Parlamentares, quero dizer que não existe símbolo maior da democracia num país do que a existência de um parlamento livre e soberano.

Muito obrigado.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Agradeço ao Sr. Presidente da República Federativa do Brasil o belo discurso com que honrou a Assembleia da República nesta sua visita de Estado a Portugal.

Agradeço também a todos os participantes a sua presença no Palácio de S. Bento.

Declaro encerrada a sessão.

Neste momento, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou, de novo, os hinos nacionais dos dois países.

Aplausos gerais, de pé.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Partido Socialista (PS):

João Barroso Soares

José da Conceição Saraiva

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

António Joaquim Almeida Henriques

Carlos Jorge Martins Pereira

Carlos Manuel de Andrade Miranda

Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa

José Manuel Pereira da Costa

Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira

Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves

Maria João Vaz Osório Rodrigues da Fonseca

Mário Patinha Antão

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa

Fernando Pereira Cabodeira

Francisco José Pereira de Assis Miranda

Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins

João Cardona Gomes Cravinho

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho

José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro

Maximiano Alberto Rodrigues Martins

Nelson Madeira Baltazar

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85



IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 0,40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.